



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 20/2018

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM TRÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO:-----

-----Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Engº. José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD, e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira e Dr. Eusébio Lourenço Ferreira.--

-----Eleitos pelo PS: Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Senhor Nelson António Rodrigues Filipe.-----

-----A reunião foi secretariada pela Coordenadora Técnica do Núcleo de Administração Geral, Rosa Maria Ferreira Breda.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----O Senhor Presidente informou que decorreu no passado dia 22, no Centro de Animação Cultural, o lançamento da obra “Gentes de Paz em Tempos de Guerra: Mortágua, 1721-1810”, da autoria da Professora Doutora Maria Alegria Fernandes Marques. O lançamento desta obra constituiu um dos eventos com que o Município quis assinalar os 208 anos da Batalha do Bussaco. Numa edição promovida pelo Município de Mortágua, e com uma tiragem de 2000 exemplares, esta obra representa mais um valioso contributo para o conhecimento do passado de Mortágua, trazendo à luz do dia dados sobre uma época relativamente à qual havia um grande desconhecimento.-----

-----Os alunos do Curso Profissional de Técnico de Manutenção Industrial, variante Mecatrónica Automóvel, passaram a contar, desde o início do ano letivo, com instalações próprias.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A construção do Pavilhão Oficial, instalado na área da Escola Básica 2.3, foi totalmente financiada pelo Município. O Agrupamento de Escolas, por sua vez, adquiriu o novo equipamento instalado, destinado à formação prática.-----

II- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19/09/2018:-

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 19/09/2018, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

2.- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, nos termos do artigo 34º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu também conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores, geradoras de receitas e custos.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 187, referente ao dia 02/10/2018, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE:-----

4.1.-ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes 18 ofícios, referência 375 a 301, datados 01/10/2018, da Assembleia Municipal de Mortágua, dando conhecimento que na sua sessão ordinária, realizada no pretérito dia 28 de setembro de 2018, tomou as seguintes deliberações:

-----Tomou conhecimento do Relatório de Auditoria – Informação sobre a Situação Económica e Financeira do Município – 1º. Semestre.-----

-----Aprovou por unanimidade fixar a Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis artigo 112º. do CIMI, em 0,3 % para os Prédios Urbanos (conforme dispõe a Lei nº. 84-D/2014, de 31 de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

dezembro), a cobrar em 2019.-----

-----Aprovou por unanimidade a redução, no ano de 2019, da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) em vinte euros (20,00 €) para as famílias com 1 filho; quarenta euros (40,00 €) para as famílias com 2 filhos; setenta euros (70,00 €) para as famílias com 3 e mais filhos (no artigo 112º- A do CIMI).-----

-----Aprovou por unanimidade fixar a taxa de 0,0% de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano económico de 2018 que não ultrapasse cento e cinquenta mil euros (150.000,00€) e a taxa 1% de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior cento e cinquenta mil euros (150.000,00€) -(artº. 18º. da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro)-, a cobrar em 2019.-----

-----Aprovou por unanimidade fixar em 0,0% a percentagem do IRS pretendida pelo Município (artº. 26º. da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro) no ano de rendimentos de 2019 e a cobrar em 2020.-----

-----Aprovou por unanimidade fixar em 0,25% a Taxa Municipal do Direito de Passagem no Ano de 2019.-----

-----Aprovou por unanimidade autorizar a celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Mortágua e a Freguesia do Sobral.-----

-----Aprovou por maioria com dezassete votos a favor, sendo treze dos Membros do PS e quatro de Membros do PPD/PSD, e uma abstenção de Membro do PPD/PSD autorizar o Compromisso Plurianual referente ao Protocolo a celebrar com a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua para a Execução dos Serviços de Apoio à Família no Ensino Pré-Escolar (Fornecimento de Refeições e Prolongamento de Horário).-----

-----Aprovou por maioria com dezassete votos a favor, sendo treze dos Membros do PS e quatro de Membros do PPD/PSD, e uma abstenção de Membro do PPD/PSD, Autorizar o Compromisso Plurianual referente ao Protocolo a celebrar com a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua para a Execução dos Serviços Fornecimento de Refeições ao 1º. CEB.-----

-----Aprovou por maioria com dezassete votos a favor, sendo treze dos Membros do PS e



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

quatro de Membros do PPD/PSD, e uma abstenção de Membro do PPD/PSD autorizar o Compromisso Plurianual referente ao Protocolo a celebrar com a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua para Transporte a de Alunos.-----

-----Aprovou por unanimidade a Afetação de Terrenos ao Domínio Público – Requalificação das Margens da Ribeira da Fraga – Criação do percurso Pedestre em Mortágua entre a Ponte do Barril e o Parque Verde.-----

-----Aprovou por unanimidade a Definição da área de Recrutamento dos Titulares dos Cargos de Direção Intermédia de 3º. Grau.-----

-----Aprovou por unanimidade a Concessão de Isenção de Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa de Imóveis à Actrádia, S.A..-----

-----Aprovou por unanimidade autorizar a Adesão do Município de Mortágua como Sócio Fundador da Federação Portuguesa do Caminho de Santiago.-----

-----Aprovou por unanimidade a concessão a Liliana Patrícia Carvalho Oliveira da isenção de pagamento da taxa de licenciamento no valor de trezentos e setenta e oito euros e sessenta e quatro cêntimos (378,64 €), referente ao processo n.º 01/2018/17- Alterações de Habitação, sita na Rua dos Amarais, n.º 3, Cercosa, Mortágua.-----

-----Aprovou por unanimidade a concessão a Ana Flávia Simões Fernandes da isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de seiscentos e trinta euros e vinte cêntimos (630,20€), do processo n.º 01/2017/221 - alteração e ampliação de habitação, sita na Rua do Marco, n.º 7, Povoinha, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remigio, Cortegaça e Almaça.-----

-----Aprovou por unanimidade a concessão à empresa Alecrimágico, Lda. da isenção de pagamento da taxa no valor dois mil quatrocentos e noventa e seis euros e vinte e seis cêntimos (2.496,26 €), referente ao licenciamento do Processo número 01/2018/9 – Construção Nova – Comércio, na Av. dos Bombeiros Voluntários, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remigio, Cortegaça e Almaça.-----

-----Aprovou por unanimidade a concessão a Maria Isabel Martins Bento da isenção de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

pagamento da taxa de licenciamento no valor de trezentos e cinquenta e quatro euros e oitenta cêntimos (354,80 €), do processo n.º 01/2018/129 – reconstrução de edifício de apoio agrícola que foi totalmente destruídas pelos incêndios ocorridos a 15 e 16 de outubro de 2017.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.-SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL ESCOLAR:-----

5.1.1.-Protocolo Apoio Creche (IPSS):-----

-----A Câmara fez uma primeira análise aos custos de funcionamento no ano de 2017 da Creche da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua considerando o número de crianças, 58, os acordos da Segurança Social, 15, as comparticipações dos pais e as despesas suportadas pela Santa Casa da Misericórdia.-----

-----A Câmara, em primeira análise reconhecendo ser aquele equipamento social essencial nas respostas sentidas pela população do Município, designadamente dos pais de crianças de idade até aos três anos que desempenham atividades profissionais e necessitam por isso conciliar a sua atividade profissional com a vida pessoal, deliberou por unanimidade que fosse elaborado protocolo a ser presente à próxima reunião de Câmara no sentido de comparticipar os custos de funcionamento da Creche da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua.-----

-----Nos termos do n.º 4, do artigo 31.º do Código do Procedimento Administrativo os Vereadores Nelson António Rodrigues Filipe e Dr. Eusébio Lourenço Ferreira ausentaram-se da reunião durante a discussão e votação do presente ponto, considerando o impedimento de poder intervir uma vez que fazem parte dos Órgãos Sociais da Instituição.-----

5.1.2.-RESPOSTA SOCIAL – Creches Concelho de Mortágua:-----

-----O Vereador do PS, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques, apresentou a proposta que a seguir se transcreve na íntegra:-----

-----“Resposta Social – Creches do Concelho-----

-----Na persecução das políticas sociais inovadoras de apoio às crianças, jovens e famílias que o Partido Socialista de Mortágua implementou no nosso concelho, que permitiram ao longo das



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

últimas décadas que as crianças e jovens do nosso concelho usufruíssem de acesso a educação e formação de qualidade, igualitária e equitativa.-----

-----Porque o Partido Socialista de Mortágua entende que as políticas apoio à natalidade não se podem resumir a um apoio pecuniário nos primeiros momentos de vida, mas devem sim traduzir-se num efetivo apoio às crianças, jovens e famílias durante o seu processo de crescimento e desenvolvimento.-----

-----Porque é um facto que nos primeiros 3 anos de vida são patentes as dificuldades para as famílias decorrentes da sua vida profissional, que originam o recurso às creches.-----

-----Porque este tipo de políticas sociais de apoio às crianças, jovens e famílias, em conjunto com uma política de impostos municipais atrativa e políticas de reabilitação urbana e recuperação de habitações degradadas adequadas, são extremamente importantes como fator de incentivo à fixação de casais jovens no nosso concelho.-----

-----Entende o Partido Socialista de Mortágua que chegou o momento de dar mais um passo em frente, e definir uma política concreta de apoio público para todas as famílias com filhos nos primeiros anos de vida (até aos 36 meses).-----

-----Atendendo a que existem duas instituições no concelho de Mortágua que disponibilizam a valência creche às famílias de Mortágua, um universo de cerca de 85 crianças inscritas e 75 acordos celebrados, os vereadores do Partido Socialista propõem a criação de um apoio equitativo no custo da frequência da valência creche a todas as famílias com filhos em idade de creche, que se traduzirá no diferencial entre o custo real da valência creche das instituições e o valor suportado pela segurança social através de acordos celebrados com aquelas instituições.--

-----Este valor será calculado e atualizado anualmente com base na informação reportada pelas instituições, designadamente, o número de crianças, custo médio real por criança, número de acordos celebrados e o seu valor e abrangerá todas as famílias com crianças até aos 36 meses com frequência em valência creche, independentemente da instituição do concelho que frequentem.-----

-----Assim e de acordo com o proposto no programa de governação do Partido Socialista



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

sufragado nas últimas eleições autárquicas, os Vereadores do Partido Socialista propõem que a Câmara delibere aprovar esta medida de apoio às famílias e crianças mortaguenses mediante a celebração de protocolos com a Santa Casa de Misericórdia de Mortágua e o Jardim de Escola João de Deus.-----

-----Mortágua, 17 de Setembro de 2018.-----

-----O Vereador do Partido Socialista”.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade solicitar à Santa Casa da Misericórdia de Mortágua e ao Jardim Escola João de Deus o envio de informação concreta referentes às despesas, por criança, da creche no ano de 2018.-----

-----Nos termos do nº. 4, do artigo 31º. do Código do Procedimento Administrativo Vereadores Nelson António Rodrigues Filipe e Dr. Eusébio Lourenço Ferreira ausentaram-se da reunião durante a discussão e votação do presente ponto, considerando o impedimento de poder intervir uma vez que fazem parte dos Órgãos Sociais da Instituição.-----

6.-ACÇÃO SOCIAL:-----

6.1.-REDE SOCIAL:-----

6.1.1.- Cabaz de Natal 2018:-----

-----A exemplo dos anos anteriores e porque este gesto de solidariedade acode a situações de maior carência nalgumas famílias do nosso Concelho, pelo Senhor Presidente foi proposto que no Natal deste ano, fosse mais uma vez distribuído a algumas famílias que vivem com maiores dificuldades no seu dia a dia, um cabaz composto por géneros alimentícios de primeira necessidade, contribuindo assim, para que naquela quadra festiva aquelas famílias para além do contributo material possam também sentir solidariedade da Autarquia para com os mais necessitados, conforme informação dos Serviços Sociais do Município.-----

-----O Senhor Presidente propôs que os Serviços Sociais do Município procedessem à elaboração de levantamento das famílias carenciadas existentes no Município tendo em consideração a composição do agregado familiar e respetivas condições sócio-económicas.-----

-----Apreciado o assunto a Câmara deliberou, por unanimidade, proceder ao levantamento das



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

famílias carênciadas tendo em atenção a composição do agregado familiar e respetivas condições sócio económicas, e que o mesmo seja presente para apreciação em próxima reunião de Câmara.-----

7.1.-SERVIÇOS CULTURAIS DESPORTIVOS E RECREATIVOS:-----

7.1.1.-Comemoração dos 208 anos da Batalha “Caminhos da Batalha do Bussaco” –

Rancho Folclórico “os Camponeses” do Freixo:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente uma informação da Técnica Responsável pela Biblioteca Municipal, datada de 24/09/2018, em que informa que foi inserido nas Comemorações dos 208 anos da Batalha do Buçaco e no âmbito do projeto “Caminhos da Batalha do Buçaco”, realizada no dia 22 de setembro, um conjunto de atividades em que esteve envolvido, na confeção de jantar para os membros da orquestra e convidados, o Rancho Folclórico “Os Camponeses” do Freixo, pelo que propõe a atribuição à referida coletividade m subsídio no valor de quatrocentos e cinquenta euros (450,00 €).-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade atribuir o subsidio de quatrocentos e cinquenta euros (450,00 €).-----

7.2.-INVESTIMENTO/ATIVIDADES DAS ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS:-----

7.2.1.-Associação de Desenvolvimento Social, Cultural e Desportiva de Quilho – Apoio obras no edificio sede:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro pela Associação de Desenvolvimento Social e Cultural Desportiva de Quilho para a execução de obras no seu no Palco do seu Parque de Lazer, entende-se que, à semelhança dos anos anteriores, estes devem ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Na verdade, esta entidade, têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

população.-----

-----Esta associação desempenha relevantes funções sociais, com impactos diretos para a economia do Concelho e para a população local, potenciando a afluência de visitantes, divulgação da cultura, preservação das tradições, a prática desportiva, entre outros.-----

-----Esta associação tem um papel insubstituível na dinâmica e desenvolvimentos local.-----

-----Considerando que o pedido da Associação se enquadra na alínea c), do nº.1, do artº. 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, proponho a atribuição do subsídio no montante de dois mil e quinhentos euros (2.500,00 €), a transferir mediante a celebração de Protocolo previsto no artigo 4º. daquele Regulamento.”-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Projeto 2018/5041 “Investimentos das Associações Culturais, Desportivas e Recreativas” e no orçamento municipal na rubrica 080701 *Instituições sem fins lucrativos*.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade aprovar a proposta.--

7.2.2.-Rancho Folclórico “Os Camponeses do Freixo” – Apoio Festival de Folclore:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta, datada de 18/09/2018, da Associação Cultural, Recreativa e Desportiva Rancho Folclórico “Os Camponeses do Freixo, informando que vão realizar no dia 7 de outubro o seu XII Festival de Folclore que irá contar com a presença de grupos oriundos de diversos pontos do País, e solicitando ao apoio financeiro da autarquia para fazer face às despesas inerentes àquela organização.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 02, Programa 003, Projeto 2018/5040 “Atividades Culturais, Desportivas e Recreativas” no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas correntes).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsidio de quinhentos euros (500,00€).-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

7.2.3.-Orfeão Polifónico de Mortágua – Apoio ao desenvolvimento regular da atividade cultural e ao Concerto de Outono de 2018:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro ao desenvolvimento regular da atividade cultural e também para a realização do Concerto de Outono, remetido pelo Orfeão Polifónico de Mortágua, entende-se que, à semelhança dos anos anteriores, este deve ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Na verdade, esta entidade, têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Esta associação desempenha relevantes funções sociais, com impactos diretos para a economia do Concelho e para a população local, potenciando a afluência de visitantes, divulgação da cultura, preservação das tradições, a prática desportiva, entre outros.-----

-----Esta associação tem um papel insubstituível na dinâmica e desenvolvimentos local.-----

-----Assim, considerando que estão reunidas as condições para atribuição do presente subsídio, nos termos do disposto do artigo 9.º Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, mediante celebração de protocolo, proponho a atribuição de um subsídio de apoio às suas atividades regulares de quatro mil quatrocentos e cinquenta euros (4.450,00€), sendo quatro mil euros (4.000,00 €) para apoio ao desenvolvimento regular da atividade cultural e quatrocentos e cinquenta euros (450,00 €) para o Concerto de Outono, a transferir após a assinatura do Protocolo”.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2018/5040 – *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas*.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

7.2.4.-Sporting Clube de Vale de Acores /Seção de Ténis – Apoio extraordinário:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta, datada de 24/09/2018, da Seção de Ténis do Sporting Clube de Vale de Acores, através da qual informa que o número de alunos daquela seção aumentou consideravelmente, 30 praticantes, sendo 16 com idades compreendidas entre os 6 e 17 anos e 14 com mais de 17 anos, de ambos os sexos (em iniciação, aperfeiçoamento e competição), e consequentemente as despesas com funcionamento regular daquela atividade desportiva aumentaram significativamente, pelo que solicita a concessão de apoio financeiro extraordinário para fazer face às mesmas.-----

-----O Senhor Presidente, considerando que o pedido da Associação se enquadra na alínea c), do n.º.1, do artigo 3.º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, propôs a atribuição do subsídio no montante de dois mil euros (2.000,00 €) a transferir mediante a celebração de Protocolo previsto no artigo 4.º. daquele Regulamento.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2018/5040 – *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas*.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio proposto a transferir mediante a celebração de Protocolo.-----

-----Nos termos do n.º. 4, do artigo 31.º. do Código do Procedimento Administrativo o Vereador Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques ausentou-se da reunião durante a discussão e votação do presente ponto, considerando o impedimento de poder intervir uma vez que faz parte dos Órgãos Sociais da Instituição.-----

8.-PROTEÇÃO CIVIL:-----

8.1.-PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DA MANCHA FLORESTAL:-----

8.1.1.-Apoio Instituições Locais/ Associação de Desenvolvimento Social, Cultural e Desportiva de Quilho:-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes as carta datadas de 4/12/2017 e de 23/03/2018 da



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Associação de Desenvolvimento Social e Cultural Desportivo de Quilho, dando conhecimento que tem participado no combate aos incêndios Florestais ocorridos no território deste Concelho com a sua viatura e trator/tanque de água, necessitando este último de reparação.-----

-----Assim considerando que a riqueza desta região advém, fundamentalmente, da sua densa produção florestal e agrícola, sendo o sustento de todos aqueles que vivem destes rendimentos tão precioso e constitui uma mais-valia para muitos que pouco possuem.-----

-----De acordo com os especialistas, as alterações climáticas que se fizeram sentir (ondas de calor, fortes ventos, ausência de chuva...) vão-se manter e agravar nos próximos anos.-----

-----Aquela coletividade, nos termos dos seus estatutos que incumbe igualmente “desenvolver atividades de defesa do ambiente”, aprovou na sua Assembleia Geral, no dia 12 de novembro de 2017, a aquisição de uma viatura de combate a incêndios de intervenção rápida.-----

-----O custo de tal, bem como a reparação de um trator e tanque de água de 4000l (já existentes), orçam em cinquenta mil euros (50.000,00 €), sendo os mesmos utilizados em toda a região envolvente e manobrados por uma brigada minimamente especializada.-----

-----Assim, solicita o apoio financeiro para fazer face às despesas inerentes à sua ação de combate e prevenção de fogos florestais.-----

-----O Senhor Presidente, considerando que:-----

-----Esta associação têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Considerando que o pedido da Associação se enquadra no n.º.2, do art.º. 3.º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Propôs a atribuição de um subsídio no montante de doze mil e quinhentos euros (12.500,00 €) para apoio à investimento nas viaturas de combate a incêndios , mediante a celebração Protocolo conforme dispõe o n.º. 1 do art.º 4.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras”.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 02, Programa 003, Projeto 2018/5072 “Investimentos das Associações Culturais, Desportivas e Recreativas” no orçamento municipal na rubrica 080701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas capital).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade aprovar a proposta.---

9.-ADMINISTRAÇÃO:-----

9.1.-ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2019 (ORÇAMENTO E OPÇÕES DO PLANO):-----

-----O Senhor Presidente deu conhecimento que se encontrava a trabalhar na elaboração dos documentos previsionais para o ano de 2019 (Opções do Plano e Orçamento) a serem apreciados e aprovados pela Câmara e remetidos à Assembleia Municipal no final do corrente mês de outubro e informou os Senhores Vereadores que podem, se o entenderem, apresentar até ao próximo dia 17 de outubro as suas propostas/sugestões de ações ou projetos a incluir naqueles documentos, tendo embora em consideração que o Plano de Investimentos é plurianual.-----

-----Os membros do Executivo presentes tomaram conhecimento.-----

9.2.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2018:-----

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei número 54-A/99, de vinte e dois de fevereiro, conjugado com a alínea d) do número 1 do artigo 33º. da Lei nº. 75/2013, de 12 setembro, a proposta de modificação por alteração ao orçamento que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço despesas de capital – vinte e oito mil euros (28.000,00 €);-----

-----Anulação despesas de capital – zero euros (0,00€);-----

-----Reforço despesas correntes – dois mil euros (2.000,00 €);-----

-----Anulação despesas correntes – trinta mil euros (30.000,00 €);-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Depois de apreciada a alteração ao Orçamento Municipal, a Câmara deliberou, por unanimidade aprová-la ficando a mesma arquivada em pasta própria nos serviços de contabilidade.-----

9.3.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE 2018:-----

-----Considerando a necessidade de dotar diversos projetos das Opções do Plano do corrente ano de verbas necessárias à satisfação de compromissos assumidos decorrentes da evolução normal dos empreendimentos em curso, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.3 do Decreto – Lei número 54-A/99, conjugado com a alínea d) do número do 1 do artigo 33º. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de alteração às Opções do Plano do corrente ano que apresentava os seguintes valores:-----

-----Modificação de Financiamento definido – vinte e oito mil euros (28.000,00€);-----

----- Modificação de Financiamento não definido – vinte e um mil euros (21.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano, a Câmara deliberou, por unanimidade aprová-la ficando a mesma arquivada em pasta própria nos serviços de contabilidade.-----

9.4.-PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO NO LOTE 27 NO LOTEAMENTO URBANO DA ANTIGA CERÂMICA DE MORTÁGUA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta datada de 24/08/2018, e recebida a 07/09/2018, de Toni Marques casado com Ana Catarina V. Lourenço, residentes em 16ª. Rue Mies, L-7557 Mersch, Luxemburgo, através da qual solicita, na qualidade de proprietário do lote nº. 27, do Loteamento Urbano Municipal da ex- Cerâmica da Gândara, requerer a prorrogação do prazo por mais dois anos, para apresentarem nos serviços projeto para construção da sua moradia no referido lote, justificam o pedido pelo facto não reunirem ainda as condições necessárias para o efeito, pelas seguintes razões:-----

-----Justificam o pedido pelo facto de não reunirem ainda as condições necessárias para o efeito, pelas seguintes razões: - Residirem e trabalharem no Luxemburgo e terem comprado



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

um imóvel naquele país devido ao facto do seu agregado familiar ter aumentado com o nascimento este ano de uma filha, e em consequência do valor elevado valor da rendas de habitação de tipologia T3.-----

-----Ainda não reuniram as devidas condições para investir em simultâneo nos dois países, continuando a manter todo o interesse em construir no seu País natal, na sua Terra.-----

-----De acordo com a informação exarada sobre o pedido em causa:-----

-----Nos termos do nº.12.1 do Regulamento da Hasta Pública Para Venda dos Lotes que Constituem o Loteamento Urbano Municipal da área da Cerâmica de Mortágua o processo de licenciamento da construção da moradia deveria dar entrada nos serviços da Câmara Municipal no prazo de 24 meses a contar da data da celebração da escritura de compra e venda.-----

-----De acordo com o nº. 12.4. do mesmo Regulamento pode a Câmara Municipal prorrogar os prazos fixados a requerimento dos interessados por motivos devidamente justificados e fundamentados.-----

-----Cabe deste modo à Câmara Municipal reconhecer se os motivos invocados pelo requerente são devidamente justificados e fundamentados para conceder a prorrogação de prazo de mais 24 meses, a contar de 18 de março de 2017, para apresentação nos Serviços da Câmara do projeto referido.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade conceder a prorrogação de prazo de mais 24 meses, a contar de 18 de março de 2017.-----

9.5.-AUTO DE NOTICIA DE CONTRA-ORDENAÇÃO Nº.172/2018 DA GNR DE VISEU – CONTRAVENÇÃO AO DECRETO-LEI Nº.313/2003, DE 17 DE DEZEMBRO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o auto de notícia de contra – ordenação número 172/2018 da Guarda Nacional Republicana de Santa Comba Dão, levantado a António Vaiekela Lopes Morais, residente na Rua da Areia, nº. 8, 3450-347 Sobral MRT, por ter verificado no dia 12/08/2018, aquela Equipa, no seguimento de denúncia apresentada na linha SOS , a existência de um canídeo de raça indefinida sem possuir a identificação eletrónica



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

(CHIP), bem como qualquer outra documentação do canídeo, o que constitui infração ao disposto no nº.1 do artigo 3º. do Decreto-Lei nº. 313/2013, de 14 de dezembro, alterado pela Lei nº. 49/2007, de 31 de agosto, punível pelo nº.1 do artigo 19º. do mesmo diploma legal, e a que corresponde a coima de 50,00 € a 3.440,00 € por se tratar de pessoa singular.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade nos termos do nº.1 do artigo 21º. do Decreto-Lei nº. 313/2013, de 14 de dezembro, alterado pela Lei nº. 49/2007, de 31 de agosto, nomear como instrutor do processo a Assistente Técnica Maria Joana Coragem Albano.-----

9.6.-AUTORIZAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL SER INTEGRADA NA CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE GÁS NATURAL NA ZONA CENTRO INTERIOR PARA LICENCIAMENTO DA EXPLORAÇÃO NA DGE:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Contrato a celebrar com a Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A., concessionária do serviço público de distribuição de gás natural na zona centro interior, com sede na Urbanização Quinta do Bosque, Lote 147/148, R/C, 3510 – Viseu, que tem por objetivo a integração da infraestrutura de Rede de distribuição de gás natural, construída pelo Município de Mortágua na Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, sita na União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio Cortegaça e Almaça, Concelho de Mortágua, na concessão de serviço público de distribuição de gás natural da Beiragás, Companhia de Gás das Beiras, S.A..-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade autorizar a integração da infraestrutura de rede de distribuição de gás natural, construída pelo Município de Mortágua no Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, sita na União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, Concelho de Mortágua, na concessão de serviço público de distribuição de gás natural da Beiragás, Companhia de Gás das Beiras, S.A..-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

9.7.-CONTRATO PARA O FORNECIMENTO CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEIS - GARANTIA BANCÁRIA APRESENTADA PELA BP PORTUGAL - COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, SA.:-----

-----No seguimento da deliberação na Reunião de Câmara ordinária realizada 05/09/2018 de adjudicação, mediante procedimento de concurso público com publicação de anúncio no jornal oficial da união europeia, do fornecimento contínuo de combustíveis por cartão eletrónico, pelo período de 3 anos, à BP Portugal pelo valor global de trezentos e vinte e três euros seiscentos e quarenta e seis cêntimos (323.646,00 €), sem IVA incluído, pelo Senhor Presidente foi presente a Garantia Bancária celebrada pelo adjudicatário e o BCP Millennium, em 19/09/2018, no valor de dezasseis mil cento e oitenta e dois euros e trinta cêntimos (16.182,30 €), correspondente a 5% do preço contratual, para garantir a celebração do Contrato acima citado, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração (artigo 88.º e 98.º, nº 1 do DL n.º 18/2008, de 29/1).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

10.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

10.1.D-ECLARAÇÃO DO MUNICÍPIO REFERENTE À ALTERAÇÃO DOS LOTES Nº. 25 E Nº.26 DO LOTEAMENTO URBANO MUNICIPAL DA CERÂMICA DE MORTÁGUA COM ALVARÁ 01/2010:-----

-----O Senhor Presidente informou que Filipe Manuel dos Reis Lourenço proprietário dos lotes nº.s 25 e 26 do loteamento Urbano Municipal da Cerâmica de Mortágua, com o alvará nº. 1/2010, pretende apresentar uma alteração ao loteamento, que consiste na:-----

-----Alteração da configuração das extremas entre os lotes nº.s 25 e 26, sem alterações das áreas destes:-----

-----Alteração da área máxima de construção do anexo no lote nº.25, passando para 22% da área de construção acima da cota da soleira.-----

-----Deste modo, nos termos do artigo 27º. , nº.3, do Decreto-Lei nº. 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei nº. 136/2014, de 9 de setembro de 2014, a instrução do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

respetivo processo de alteração carece de autorização titulares da maioria da área dos lotes constantes do alvará do loteamento.-----

-----Assim, sendo os lotes nº.1, 2/3, 4/5, 6/7, 8/9, 10/11, 12/13, 14/15, 20/21 e 38 de propriedade do Município deve a Câmara deliberar que não se opõe à alteração pretendida do alvará de loteamento.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade aprovar que não se opõe à alteração pretendida do alvará de loteamento.-----

10.2.-DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS Nº. 01//2016/28, DE AMPLIAÇÃO DE MORADIA, SITA NA RUA DA SERRA, 9 CAPARROSA-MARMELEIRA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 01/2016/28, em nome da Jorge Marques de Almeida, residente em Rua da Serra, Caparrosa, Freguesia da Marmeleira, à ampliação de moradia, com vista à declaração de caducidade do licenciamento para a realização da operação urbanística.-----

-----No seguimento da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 01/08/2018, conforme o disposto no artigo 71.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, em conjugação com o estatuído nos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, foi notificado através do ofício referência 2105 de 24/08/2018 o requerente Jorge Manuel Marques de Almeida, para, querendo, se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de dez (10) dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade do ato que deferiu o licenciamento da operação urbanística do processo n.º 01/2016/28, atendendo a que o requerente não requereu a emissão do alvará no prazo de um ano e sua prorrogação.-----

-----Conforme o despacho do Senhor Vereador com competência delegada, datado de 20/09/2018, veio o requerente através de requerimento, datado de 11/09/2018, solicitar a emissão do alvará da licença, sendo sua intenção deferir o licenciamento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Assim considerando que a requerente procedeu ao licenciamento da obra, mediante emissão do alvará da licença, propõe-se que a Câmara Municipal determine a extinção por inutilidade superveniente da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 01/08/2018 de intenção de caducidade de declarar a caducidade do ato que deferiu o licenciamento da operação urbanística do processo n.º 01/2016/28, nos termos do número 1, do artigo 95º. do CPA, com subsequente arquivamento do processo. -----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade determinar a extinção do processo por inutilidade superveniente da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 01/08/2018 de intenção de caducidade de declarar a caducidade do ato que deferiu o licenciamento da operação urbanística do processo n.º 01/2016/28, nos termos do número 1, do artigo 95º. do CPA, com subsequente arquivamento do processo.-----

10.3.-REQº. Nº.1/2018/3925, DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DO PROCº. 01/2017/223 ALTERAÇÃO – POSTO ABASTECIMENTO COMBUSTÍVEL DA BORPERGÁS, LDª. (ALÍNEA b) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29º. DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS) :-----

-----Pelo Senhor Presidente foi novamente presente o requerimento registado sob o número 01/2018/3925, da Borpergás – Comércio e Distribuição de Gás, Ldª. , com o número de identificação fiscal 506718417, com sede na Rua do Povo, nº.22, Chão Miúdo, Freguesia do Sobral, a requerer, no âmbito da alínea b), do número 1, do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a isenção de pagamento da taxa no valor duzentos e quinze euros e seis cêntimos (215,06 €), referente ao licenciamento do Processo número 01/2017/223, Alterações – Posto de Abastecimento Combustível, sito na Rua da Escola, Vila Nova, Sobral.-----

-----Sobre o assunto o Assessor Jurídico do Município emitiu em 14/09/2018, o seguinte parecer:-----

-----“Assunto: Requerimento apresentado pela Borpergás- Comércio e Distribuição de Gás, Ldª: solicitando a isenção do pagamento das taxas devidas pela realização de obras num posto



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

pedido para a realização de obras de alteração de um posto de abastecimento de combustíveis situado na Rua da Escola, em Vila Nova, freguesia do Sobral, tendo sido aprovado o projeto apresentado, a que foi atribuído o número 01/2017/223. A requerente foi, então, notificada para, no prazo máximo de um ano, requerer a emissão do respetivo alvará de licença, sob pena de caducidade da aprovação. Foram calculadas as taxas devidas pela operação urbanística, que ascendiam a 215, 06 € e comunicadas à requerente.-----

-----Em 20/07/2018, veio formular pedido de isenção de pagamentos das taxas, ao abrigo do disposto no artigo 29º. nº.1 alínea b) do regulamento Municipal de Urbanização e Taxas (RMUET), apresentado como fundamento, nos termos da nº.3 daquela norma, a criação de mais cinco posto de trabalho. Anexou documento, no qual identifica 4 trabalhadores.-----

-----Dispõe o artigo 29º. nº.1 alínea b) do RMUET, que “estão isentas de pagamento das taxas previstas no presente Regulamento, as pessoas ou entidades:b) As empresas que criem no mínimo 5 postos de trabalho”.-----

-----Ora, dos elementos trazidos pela requerente para o pedido, não demonstra a criação de, pelo menos, 5 postos de trabalho. Resulta dos documentos juntos, que a empresa possui quatro trabalhadores, o que é, manifestamente, insuficiente para lhe ser atribuída a isenção pretendida, por não cumprir todos os requisitos de que a norma faz depender aquele benefício.

-----Por outro lado,-----

-----Em 25-07-2018 a requerente procedeu ao pagamento das taxas devidas, cuja isenção solicitou.-----

-----As taxas em causa estão previstas na secção VI capítulo X do Regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais. Dispõe o artigo 22º. daquele diploma que o pagamento voluntário da taxa extingue o respetivo procedimento. De igual forma dispõe o artigo 11º. da Lei nº. 53- E/2006.-----

-----Assim sendo, o pagamento voluntário da taxa que já foi cobrada, sendo certo que, dos elementos apresentados pelo requerente, constata-se que não possui os requisitos necessários para beneficiar da isenção, uma vez que não demonstrou a criação de, pelo menos 5 postos de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

trabalho, por esse facto, o pedido deveria ser indeferido".-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a intenção de indeferir o processo considerando o parecer do assessor jurídico.-----

-----Mais deliberou por unanimidade notificar o requerente do teor da presente deliberação, para, querendo, se pronunciar, em se de audiência prévia, por escrito, no prazo de dez (10) dias úteis nos termos do CPA.-----

10.4.-PROCº. Nº. 04/2018/63 PARA EMISSÃO DE CERTIDÃO COMPROVATIVA EM COMO DO ARTIGO MATRICIAL 1848 DA UNIÃO DE FREGUESIA DE MORTÁGUA, VALE DE REMÍGIO, CORTEGAÇA E ALMAÇA FORAM CEDIDO 80 M2 DE TERRENO PARA O DOMÍNIO PÚBLICO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo n.º 04/2018/63, requerimento número 4633/2018 em nome de Maria Fernanda Martins de Almeida, residente na Rua da Santa Catarina, nº.1 Freixo, 3450 – 116 Mortágua a requerer a emissão de certidão comprovativa em como cedeu oitenta (80) metros quadrados de terreno do seu prédio inscrito na matriz da União de Freguesia de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, sob o artigo 1848 para integração no domínio público aquando do alargamento da Rua de Santa Luzia, no Freixo, União de Freguesia de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----O parecer técnico do Chefe da DPAT constante no processo confirma a cedência do terreno.-----

-----A Câmara, considerando o Parecer Técnico Chefe da DPAT, deliberou por unanimidade emitir a certidão solicitada.-----

10.5.- ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - REQUERIMENTO Nº. 5550/2018, REFERENTE AO PROCESSO Nº. 01/2017/241, RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO – ESTAÇÃO DE SERVIÇOS/OFICINA DA MORPNEUS, LDª.-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento registado com o nº. 55502018, da Morpneus, Ldª., com sede no Rua do Bairro Novo, nº. 3 Barril, Mortágua, a requerer, nos termos da alínea b) do nº. 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Edificação e Taxas, a isenção do pagamento de taxa no valor de quatrocentos e quatro euros e quinze cêntimos (404,15 €), pela emissão de Autorização de Utilização do processo n.º 01/2017/241 - Reconstrução e Ampliação da Estação de Serviços e Oficina de veículos automóveis, sita na Rua do Bairro Novo, 15, Barril, Mortágua, que foi totalmente destruída pelos incêndios ocorridos a 15 e 16 de outubro de 2017.-----

-----Trata-se da reconstrução das instalações da empresa que foram totalmente destruídas pelos incêndios ocorridos em 15 e 16 de outubro de 2017, tendo sido a respetiva obra financiada pelo Sistema de Apoio à Reposição da Competitividade e Capacidades Produtiva que visa a recuperação dos ativos empresariais danificados, pelos incêndios.-----

-----A reconstrução das instalações da empresa permitirá a manutenção dos postos de trabalhos, pelo que se poderá considerar que a isenção se enquadra no normativa citado.-----

-----De acordo com a Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções é da Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no n.º 2 do artigo 16.º. daquele diploma.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade propor à Assembleia Municipal a concessão à Morpheus, Lda., com sede na Rua do Bairro Novo, n.º 3 Barril, Mortágua, da isenção pagamento de taxa no valor de quatrocentos e quatro euros e quinze cêntimos (404,15 €) pela emissão de Autorização de Utilização, do processo n.º 01/2017/241 - Reconstrução e Ampliação da Estação de Serviços e Oficina de veículos automóveis, sita na Rua do Bairro Novo, 15, Barril, Mortágua, que foi totalmente destruída pelos incêndios ocorridos a 15 e 16 de outubro de 2017.-----

10.6.-CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPARTES DE PRÉDIOS RÚSTICOS:-----

10.6.1.-Processo n.º.10/2018/19:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 10.2018.19, de Afonso Almeida Martins, na qualidade de proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almagar com o artigo 9164 no local



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

denominado “Vale de Curro”, com a área de 1420 m² e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de compra e venda a favor Mauro Franclim Gonçalves (1/2) e Vera Lúcia Correia Almeida (1/2) .-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e as informações constantes no processo, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão de constituição de compropriedade ou ampliação de compartes.-----

10.6.2.-Processo nº.10/2018/20:------

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 10.2018.20, de Afonso Almeida Martins , na qualidade de proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça com o artigo 9155 no local denominado “Vale de Curro”, com a área de 657 m² e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de compra e venda a favor Mauro Franclim Gonçalves (1/2) e Vera Lúcia Correia Almeida (1/2) .-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e as informações constantes no processo, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão de constituição de compropriedade ou ampliação de compartes.-----

10.6.3.- Processo nº.10/2018/21:------

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 10.2018.21, de João Gonçalves Sacras, na qualidade de proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça com o artigo 9164 no local denominado “Vale de Curro”, com a área de 1420 m² e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

escritura de compra e venda a favor Mauro Francim Gonçalves (1/2) e Vera Lúcia Correia Almeida (1/2) .-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e as informações constantes no processo, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão de constituição de compropriedade ou ampliação de compartes.-----

10.6.4.-Processo nº.10/2018/22:------

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 10.2018.22, de Maria Odete Fernandes Ladeirinha Gomes, na qualidade de proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Cercosa com o artigo 3329 no local denominado “Vale da Fonte”, com a área de 780 m2 e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de compra e venda a favor de Sylvie Fernandes (1/2) e Marco Daniel Simões Rodrigues (1/2).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e as informações constantes no processo, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão de constituição de compropriedade ou ampliação de compartes.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezassete horas e trinta minutos .-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Rosa Maria Ferreira Blada Secretário do Órgão e
pelo Senhor Presidente.-----